



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 00786/2005/002/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2108/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE E GRAVÍSSIMO	
PORTE: GRANDE	

I – RELATÓRIO

A Domingos Costa Indústrias Alimentícias LTDA foi autuada em 26.01.2005 pela prática das infrações grave e gravíssima tipificadas no art. 19, § 2º, item 1, e §3º, item 1 do Decreto 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

1. *instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;*

(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

1. *instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;*

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 20.07.2010, pela FEAM, penalidade de multa simples, no valor de R\$ 11.706,16, referente à infração grave; e penalidade de multa simples, no valor de R\$50.001,00, referente à infração gravíssima.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “operar os silos para armazenagem de trigo, atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Operação emitida pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, não sendo constatada a existência de poluição



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



ambiental; e iniciar a terraplanagem na área que será construída a nova unidade de misturas, atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Operação emitida pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, sendo constatada, portanto, a existência de degradação ambiental.” (fl.08)

No Recurso a autuada alega, em síntese, que:

- A recorrente já havia obtido a Licença de instalação em momento anterior à vistoria da FEAM.

- A empresa jamais realizou terraplanagem no terreno em questão. O que ocorreu foi que a empresa precisava realizar movimentação no terreno para as obras necessárias à silagem do trigo. Dessa forma, a terra retirada foi depositada na região onde seria construída a fábrica de misturas.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Inicialmente, cumpre destacar que não é procedente a alegação de desconhecimento da necessidade de licenciamento ambiental do empreendimento perante a FEAM. Não pode o autuado se eximir da responsabilidade que lhe é imposta, sob o argumento de desconhecimento da lei, uma vez que a Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro estabelece que:

Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Pelo princípio da inescusabilidade do desconhecimento da lei, há presunção absoluta de que seus destinatários a conhecem, de modo que não é possível deixar de cumprir a lei sob o pretexto de desconhecê-la ou ignorá-la, pois a todos obriga.

Não procede, igualmente, o argumento do autuado de que ele possuiria autorização ambiental no momento da autuação. Em consulta ao SIAM, verifica-se que o empreendimento obteve Licença de Instalação em 12.07.2005 (Processo 00786/2005/001/2005 – Certificado LI 134), ou seja, 6 meses após a autuação, que ocorreu em 26.01.2005. Portanto, plenamente aplicável a multa por infração grave no caso em questão.

No que diz respeito à alegação de inexistência de atividade de terraplanagem, tem-se que o autuado não se desincumbiu do ônus de comprovar a inocorrência da atividade, prevalecendo a informação constante na pag. 6 do Relatório de Vistoria 9562/005 (f. 06) de que “neste mesmo terreno já se encontra realizada a terraplanagem para a instalação da nova unidade de fabricação de misturas”.

III - CONCLUSÃO



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantidas as multas aplicadas nos valores de R\$ 11.706,16, referente à infração grave; e R\$50.001,00, referente à infração gravíssima.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: